



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
POLO DE TOMÉ-AÇU**

**MICHELLI DOS SANTOS NUNES**

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**TOMÉ-AÇU  
2024**

**MICHELLI DOS SANTOS NUNES**

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, pela universidade de ToméAçu/PA. Sob Orientação do Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

**TOMÉ-AÇU**  
**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

N972e Nunes, Michelli dos Santos.  
Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos / Michelli dos Santos Nunes. — 2024.  
XXII,22 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals E Souza  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2024.

1. Evasão escolar. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Evasão escolar nas escolas municipais. I. Título.

CDD 300

---

MICHELLI DOS SANTOS NUNES

## **EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, pela universidade de Tomé-Açu/PA. Sob Orientação do Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

Aprovado em: 04/07/2024

### **Banca examinadora:**

---

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza-UFPA- Orientador - Faculdade de Educação e Ciências Sociais - CAAB/UFPA

---

Prof. Dr. João Paulo da Conceição Alves - Membro Interno – FAECSUFPA

# EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará- PA. Campus Universitário de Abaetetuba, pela universidade de Tomé-Açu/PA. Sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

## RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que busca oferecer oportunidades de aprendizado para aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade adequada. Apesar dos esforços para democratizar o acesso à educação, a evasão escolar na EJA continua sendo um desafio significativo. O objetivo geral desta pesquisa é investigar as causas e consequências da evasão na Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender os fatores que contribuem para esse fenômeno e propor estratégias para enfrentá-lo, considerando a realidade do estado do Pará, em escolas municipais da educação básica como Ipixuna do Pará. E por objetivos específicos identificar os principais motivos que levam os alunos a abandonar os estudos, analisar o impacto da evasão na vida pessoal e social dos alunos, e analisar a proposta de intervenção e políticas educacionais são os objetivos específicos desta pesquisa. Utilizando uma abordagem bibliográfica, exploratória, qualitativa e descritiva, a pesquisa revela que questões socioeconômicas, infraestrutura inadequada, material didático insuficiente e a necessidade de melhor capacitação docente são fatores críticos que contribuem para a evasão escolar. O impacto da evasão é profundo, afetando negativamente a inclusão social e as oportunidades de desenvolvimento dos indivíduos. Portanto, é essencial desenvolver políticas educacionais e intervenções específicas que melhorem as condições de aprendizagem e promovam a permanência dos alunos na EJA.

**Palavras-chave:** Evasão escolar. Educação de Jovens e Adultos. Evasão escolar nas escolas municipais.

## ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) is a teaching modality that seeks to provide learning opportunities for those who did not have access to or did not complete basic education at the appropriate age. Despite efforts to democratize access to education, school dropout rates in EJA remain a significant challenge. The general objective of this research is to investigate the causes and consequences of dropout rates in Youth and Adult Education, aiming to understand the factors contributing to this phenomenon and propose strategies to address it, considering the reality of the state of Pará, particularly in municipal basic education schools such as Ipixuna do Pará. The specific objectives of this research are to identify the main reasons students abandon their studies, analyze the impact of dropout rates on the personal and social lives of students, and examine proposed interventions and educational policies. Using a bibliographic, exploratory, qualitative, and descriptive approach, the research reveals that socioeconomic issues, inadequate infrastructure, insufficient educational materials, and the need for better teacher training are critical factors contributing to school dropout rates. The impact of dropout is profound, negatively affecting social inclusion and development opportunities for individuals. Therefore, it is essential to develop specific educational policies and interventions that improve learning conditions and promote student retention in EJA.

**Keywords:** School Dropout. Youth and Adult Education. Dropout in Municipal Schools

## **INTRODUÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que visa proporcionar oportunidades de aprendizagem para aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade apropriada. No entanto, mesmo diante dos esforços para democratizar o acesso à educação, a evasão escolar continua a ser um desafio significativo na EJA, representando um obstáculo para a efetiva inclusão educacional e social de jovens e adultos.

O problema central que norteia esta pesquisa é: Quais são os fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, e como esses fatores podem ser superados para garantir a efetividade dessa modalidade de ensino?

O objetivo geral desta pesquisa é investigar as causas e consequências da evasão na Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender os fatores que contribuem para esse fenômeno e propor estratégias para enfrentá-lo, considerando a realidade do estado do Pará, em escolas municipais da educação básica como Ipixuna do Pará. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos três objetivos específicos: em primeiro lugar, identificar os principais motivos que levam os alunos a abandonarem os estudos na EJA; em segundo lugar, analisar o impacto da evasão na vida desses jovens e adultos, tanto em termos pessoais quanto sociais; e, por fim, analisar a proposta de intervenção e políticas educacionais que possam reduzir os índices de evasão na EJA e promover a permanência e o sucesso dos alunos.

A justificativa para esta pesquisa reside na importância de compreender os mecanismos que perpetuam a evasão na EJA e na necessidade de desenvolver estratégias eficazes para combatê-la. A educação é um direito fundamental de todo cidadão e é através dela que se promove a inclusão social e o desenvolvimento humano. Portanto, é imprescindível criar condições que garantam o acesso e a permanência dos jovens e adultos na escola, possibilitando-lhes a construção de um futuro mais promissor e digno.

## **2 EJA E A EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL**

A evasão escolar é um problema que aflige o sistema educacional brasileiro desde a sua fundação. No entanto, é somente nas últimas décadas que a evasão

escolar começou a ganhar dimensões alarmantes, tornando-se um dos principais desafios para o desenvolvimento do país

## **2.1 SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

No contexto educacional brasileiro, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma resposta necessária às demandas sociais e econômicas, refletindo a busca por inclusão e democratização do acesso à educação formal.

A delimitação da educação básica de adultos emergiu com as transformações que a revolução industrial na década de 1930 proporcionou ao país, a economia brasileira se descentralizou das vias rurais e passou a centralizar-se nas vias urbanas, e, se faziam necessários trabalhadores instruídos e alfabetizados para operar as máquinas das fábricas modernas (SILVA B, 2023 p. 08)

Conforme a colocação acima, o surgimento da EJA remonta a um período em que o país enfrentava desafios significativos em termos de educação básica, com altos índices de analfabetismo e exclusão educacional. Nesse cenário, a necessidade de proporcionar oportunidades de aprendizagem para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade regular tornou-se evidente, impulsionando o desenvolvimento de políticas e programas voltados para esse público específico.

Conforme Brasil (2013) em 1942, o Decreto nº 19.513 estabeleceu o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) no Brasil, marcando um ponto crucial na história da educação de adultos, ao institucionalizar essa modalidade pelo governo federal. O FNEP foi criado com o objetivo de financiar e regulamentar o ensino primário para adultos, proporcionando recursos financeiros e definindo diretrizes para a execução desse ensino em todo o país.

Com essa iniciativa, a União assumiu a responsabilidade de promover a educação de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade apropriada. Além do financiamento, o FNEP desempenhou um papel essencial na formulação de políticas e estratégias para a educação de adultos, incluindo ações de alfabetização e programas de formação de professores.

Entretanto, a educação de jovens e adultos ganhou visibilidade apenas nos anos 40, quando notou-se a necessidade de aumentar a quantidade de eleitores no país. E, para tal fim, foi fundamental que a população fosse alfabetizada para adquirir o direito ao voto. (BOAS, HOLANDA, CASTRO 209 p. 142).

No final da década de 1940 e início dos anos 1950, o Brasil enfrentava um alto índice de analfabetismo, com cerca de 55% da população adulta sendo analfabeta. Nesse contexto, a UNESCO incentivou a criação de programas nacionais para a educação de adultos analfabetos, especialmente em regiões mais carentes.

Conforme Baptista (2020) surgiu então o conceito de Educação Funcional, que ia além do ensino básico de leitura e escrita, focando também no desenvolvimento de habilidades práticas e funcionais aplicáveis no cotidiano. A Educação Funcional buscava fornecer conhecimentos relevantes às necessidades dos aprendizes, incluindo competências em leitura, escrita e matemática básica, além de noções de cidadania e saúde.

Na primeira etapa de alfabetização em massa, previa-se a alfabetização em três meses e a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. A segunda etapa focava na capacitação profissional e desenvolvimento comunitário, expandindo essa modalidade para diversas regiões do país através de escolas supletivas.

A definição de analfabetismo vai além do conceito na qual ele é legitimado. O analfabetismo trata-se da condição de uma pessoa iletrada, ou seja: o analfabeto é o indivíduo que não consegue ler e não sabe escrever. No entanto, a história do Brasil, analisada desde os primórdios, explica com propriedade por que até hoje a educação do país é insatisfatória, fraca e ainda composta por tantos analfabetos (BOAS, HOLANDA, CASTRO 209 p. 142).

Contudo, o entusiasmo diminuiu na década seguinte devido aos poucos resultados nas zonas rurais, levando a discussões sobre uma consolidação do ensino teórico-pedagógico. A visão de que o analfabetismo era a causa dos atrasos sociais, culturais e econômicos do país levou à estigmatização do adulto analfabeto, visto como incapaz e marginal, similar a uma criança em termos de valor e responsabilidade.

Com o avanço das teorias em psicologia e aprendizagem, o método de leitura para adultos "Laubach" foi difundido, resultando na produção de material didático específico para adultos pelo Ministério da Educação. Apesar disso, as discussões político-pedagógicas dos anos 1950 evidenciaram a ineficácia da administração financeira e do material didático da EJA, inadequados para as diferentes culturas regionais.

A modalidade educacional conhecida como educação de jovens e adultos, é o tipo de ensino oferecido para pessoas que por motivos variados não fizeram o ensino regular, sejam eles por falta de oportunidades, questões governamentais ou crenças distintas. Embora a educação de jovens e adultos tenha sido executada desde a época do Brasil colônia pelos jesuítas na alfabetização e catequização de índios, a EJA nasceu de muitas especulações pertinentes após esse período (BOAS, HOLANDA, CASTRO 209 p. 142).

Diante dessa educação desumana, Paulo Freire desenvolveu o conceito de Educação Libertadora, que visa à conscientização e emancipação dos oprimidos. A educação libertadora envolve um processo dialógico e crítico, onde professores e alunos aprendem mutuamente, buscando uma educação significativa e emancipadora, princípios que muitos educadores da EJA tentam incorporar atualmente.

Em 1958, durante a gestão do presidente Juscelino Kubitschek, as ideias do renomado educador e filósofo brasileiro Paulo Freire e sua equipe começaram a ganhar destaque. Suas experiências pioneiras em alfabetização de adultos destacaram-se pelo questionamento da falta de estrutura física adequada nas escolas, da qualidade insuficiente do material didático e da necessidade de capacitação docente. Conhecido como sistematizador de um método de alfabetização de jovens e adultos, Paulo Freire se opôs à Educação Bancária, que coloca o professor como detentor do conhecimento e a escola apenas como mero depósito de crianças, adolescentes e jovens (SILVA B, 2023 p. 08)

Sobre a reflexão dos autores acima elucidou-se que o Freire era conhecido como sistematizador de um método inovador de alfabetização de jovens e adultos, posicionou-se fortemente contra a chamada Educação Bancária. Esta abordagem tradicional tratava o professor como o único detentor do conhecimento, enquanto os alunos eram vistos apenas como receptáculos passivos de informações.

Dessa forma, Freire (1996) propôs uma alternativa radical a essa visão, defendendo uma educação dialógica e crítica, onde professores e alunos participam ativamente do processo de aprendizagem. Segundo Freire, a educação deveria ser um ato de conscientização e emancipação, capacitando os alunos a questionarem sua realidade e a transformarem suas vidas. Suas ideias revolucionárias influenciaram profundamente a educação de adultos no Brasil e no mundo, promovendo uma pedagogia mais humanizadora e inclusiva.

Para compreender o espaço que a EJA ocupa na educação brasileira é fundamental que se reconheça o histórico de desigualdades e lutas por direito à educação, bem como a heterogeneidade do público atendido. Em uma perspectiva legal, é uma modalidade de ensino da Educação Básica,

assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96. (SILVA B, 2023 p. 08)

Acerca do disposto acima, compreende-se que a EJA foi concebida como uma modalidade educativa destinada principalmente a adultos que não concluíram o ensino fundamental ou médio na idade apropriada, visando possibilitar sua reintegração ao ambiente escolar e promover sua inserção social e profissional. Com o passar do tempo, a EJA expandiu seu escopo para atender não apenas aos adultos que haviam interrompido os estudos, mas também aos jovens que se encontravam em situação de defasagem escolar, ampliando assim seu alcance e impacto na sociedade.

Muitos estudantes da EJA têm vivências diversificadas, adquiriram habilidades e conhecimentos práticos ao longo de suas vidas, e é essencial que essas contribuições sejam consideradas e incorporadas ao processo educacional. Ao reconhecer e aproveitar as experiências dos alunos, os educadores criam um ambiente mais inclusivo e acolhedor, fortalecendo a autoestima e o engajamento dos estudantes com o aprendizado. (SILVA B, 2023 p. 08)

O surgimento da EJA no Brasil está intimamente ligado ao processo de democratização do ensino e à luta por direitos educacionais igualitários, representando um marco na história da educação do país. Ao longo das últimas décadas, a EJA tem sido alvo de políticas públicas e investimentos que visam fortalecer sua estrutura e ampliar seu alcance, reconhecendo-a como um instrumento essencial para a promoção da inclusão social e o combate à exclusão educacional.

O indivíduo não alfabetizado era denominado “ignorante”, em consequência disso, foi definido que o seu processo de ensino e aprendizagem seria o mesmo ofertado para a classe infantil, menosprezando sua experiência de vida, outra razão que contribuiu de forma inadequada para o avanço dessa modalidade de ensino (BOAS, HOLANDA, CASTRO 209 p. 142).

A implementação da EJA no Brasil envolveu uma série de desafios e adaptações, exigindo a criação de metodologias e recursos específicos para atender às necessidades desse público diversificado. Além disso, foi necessário superar barreiras culturais e sociais que muitas vezes impediam a participação efetiva de jovens e adultos na educação formal, destacando a importância do envolvimento da comunidade e de ações integradas entre escola, família e sociedade.

As múltiplas dimensões que se definem nos processos educativos, sociais e econômicos geram um confronto de problemas educacionais coletivos. A falta de um currículo adaptado às necessidades, conciliado a um planejamento pedagógico que considere as especificidades desta modalidade precisa ser reconsiderado. O EJA 344 exige um aprendizado diferenciado na sua essência que valorize as realidades dos alunos (SILVA, 2023 p. 3).

Ao longo dos anos, a EJA tem se consolidado como uma ferramenta fundamental para a promoção da cidadania e o desenvolvimento humano, possibilitando que indivíduos de todas as idades e contextos sociais tenham acesso à educação e possam construir um futuro mais promissor. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a melhoria da qualidade do ensino oferecido, a valorização dos profissionais envolvidos e a garantia de recursos adequados para a manutenção e expansão desse importante segmento educacional.

O surgimento e evolução da EJA no Brasil refletem não apenas a necessidade de atender às demandas educacionais de uma população diversificada, mas também o compromisso do país com os princípios da igualdade, justiça social e inclusão. Nesse sentido, a EJA desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o acesso à educação seja um direito garantido a todos, independentemente de sua idade, origem ou condição socioeconômica.

## **2.2 EVASÃO ESCOLAR**

A evasão escolar, ao longo da história educacional brasileira, tem sido um desafio persistente, refletindo problemas estruturais e sociais que afetam o sistema de ensino do país. Este fenômeno, caracterizado pela interrupção prematura dos estudos por parte dos alunos, representa não apenas uma perda individual de oportunidades educacionais, mas também um obstáculo significativo para o desenvolvimento social e econômico da nação.

A evasão escolar é um fenômeno que tira da escola milhares de alunos que podem vir a se tornar futuros excluídos da sociedade e do mercado de trabalho, entendida também como fuga da escola em função da realização de outra atividade, são muitas as razões que provocam este abandono, que na construção temática desta pesquisa se tornaram fatores que contribuem diretamente para prejudicar o desenvolvimento da educação no país (SILVA, 2023 p. 3).

A evasão escolar pode ocorrer em diferentes níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, e suas causas são multifacetadas, envolvendo

fatores como pobreza, violência, falta de infraestrutura escolar adequada e desigualdade socioeconômica.

Para Baptista (2020) no contexto brasileiro, a evasão escolar remonta a períodos históricos marcados pela exclusão e desigualdade no acesso à educação, especialmente entre as camadas mais pobres e marginalizadas da população. Ao longo do tempo, esforços têm sido feitos para combater esse problema, por meio de políticas públicas e iniciativas governamentais voltadas para a promoção da inclusão e permanência dos alunos na escola. No entanto, apesar dos avanços, a evasão escolar continua sendo um desafio significativo para o sistema educacional brasileiro, especialmente em regiões mais vulneráveis e carentes de recursos.

O conceito de evasão escolar vai além da simples ausência física do aluno na sala de aula, abrangendo também questões relacionadas à qualidade do ensino, ao engajamento dos estudantes e ao apoio oferecido pelas instituições educacionais. Muitas vezes, a evasão escolar está associada a problemas como falta de motivação, baixo desempenho acadêmico, dificuldades de aprendizagem e desinteresse pelo ambiente escolar. Para enfrentar esse desafio de forma eficaz, é fundamental adotar uma abordagem integrada e multidisciplinar, que leve em consideração não apenas as causas imediatas da evasão, mas também seus determinantes sociais e estruturais.

Evasão é um sintoma de problema de desenvolvimento humano, cujas raízes são formadas desde a primeira infância. O acúmulo de deficiências na formação da criança culmina em alguns casos em evasão, e na maioria dos casos, em baixa capacidade cognitiva e socioemocional, e baixo aprendizado. Assim, ao observarmos os jovens que interrompem os estudos antes do término do ensino médio, estamos analisando uma população para qual essas deficiências são tão extremas que resultaram em saída da escola (FERREIRA e TAFNER 2022 p. 03).

Entre as estratégias eficazes para prevenir a evasão escolar estão o fortalecimento do vínculo entre os alunos e a escola, o desenvolvimento de programas de apoio psicossocial e a implementação de políticas de combate à pobreza e à exclusão social. Além disso, é necessário investir na formação e capacitação de professores, na melhoria da infraestrutura escolar e na promoção de uma educação inclusiva e contextualizada, que atenda às necessidades e interesses dos estudantes. Somente por meio de um esforço conjunto e contínuo será possível superar o desafio da evasão escolar e garantir a todos os jovens brasileiros o direito fundamental à educação de qualidade e ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

### **3 METODOLOGIA**

O estudo foi efetuado principalmente como método de pesquisa a pesquisa quantitativa a qual se baseia em números e gráficos para chegar a um resultado. Nesse contexto será utilizado da observação, coleta e análise de dados estatísticos concernentes ao assunto foco da pesquisa.

Conforme Bonat (2009) a pesquisa bibliográfica consiste na revisão de informações, artigos e dissertações para composição de dados analisados. O tipo de pesquisa também é de natureza exploratória, visto que foi investigado o problema em tese, será buscado compreender o assunto como tais mecanismos funcionam na prática. Além disso, também foi efetuada a pesquisa bibliográfica, a qual é consolidada mediante a utilização de artigos, livros e revistas científicas, bem como está exposto no livro Lima e Miotto (2007), “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Portanto com os métodos de pesquisa expostos e tipos de pesquisa deve-se conseguir alcançar o objetivo almejado que é a obtenção da verdade fática com relação a essa problemática. Além disso, obter respostas de como responder para lidar com os resultados objetivos, diante de um assunto tão delicado e complexo que mistura tanto os direitos humanos, da dignidade da pessoa humana como a liberdade e a segurança dos indivíduos da sociedade.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este capítulo destina-se a analisar e discutir os resultados encontrados sobre a evasão escolar no Brasil, com foco especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O capítulo será dividido em três eixos principais. O primeiro eixo abordará os dados coletados sobre a evasão escolar à nível nacional e local, apresentando as principais estatísticas e tendências que caracterizam essa problemática no Brasil.

O segundo eixo irá investigar os principais motivos que levam os alunos a abandonarem os estudos na EJA, examinando as dificuldades e obstáculos que eles enfrentam durante o seu processo de educação. Já o terceiro eixo apresentará

propostas de intervenção e políticas educacionais para reduzir os índices de evasão na EJA nas escolas municipais, incluindo estratégias para melhorar a qualidade da educação, fortalecer a gestão escolar e ampliar a participação da sociedade civil na política educacional. Além disso, será realizada uma discussão crítica sobre as implicações dos resultados obtidos e as recomendações para o futuro da política educacional brasileira.

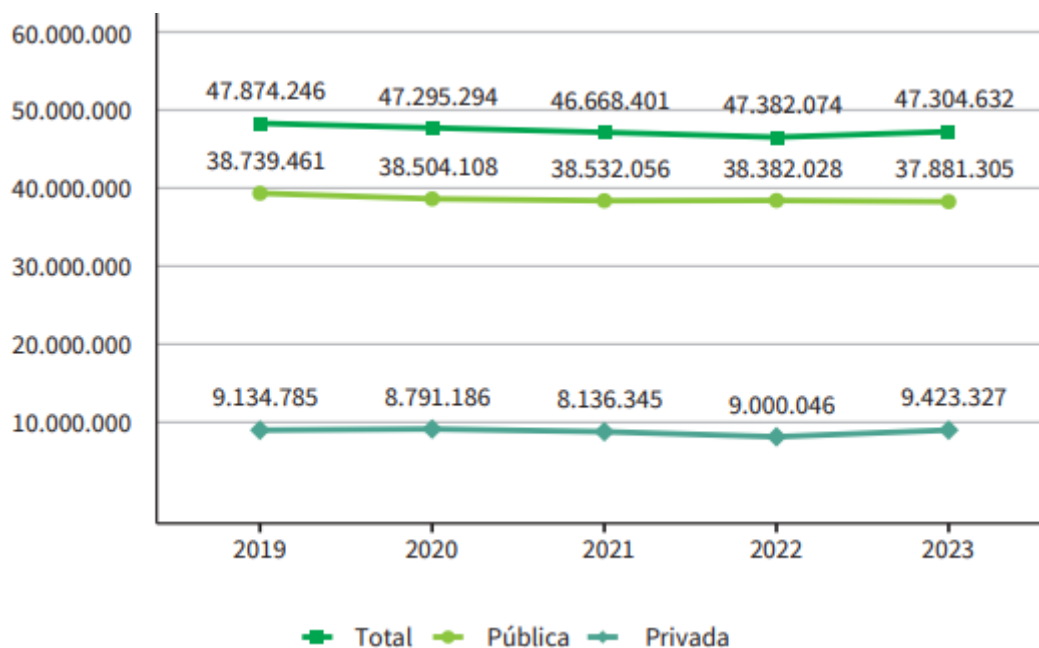
### **EIXO 1: Dados coletados sobre a evasão escolar à nível nacional e local**

A revisão bibliográfica utilizou dados estatísticos do Censo Escolar 2023 para analisar a evasão escolar a nível nacional e estadual; o estudo considerou as diversas nuances e implicações da evasão em diferentes contextos regionais, ressaltando variações significativas em tendências e padrões.

O Censo Escolar da educação básica é uma pesquisa estatística anual, coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e realizada em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação, escolas públicas e privadas de todo o País. O levantamento permite a produção e avaliação de estatísticas das condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro na educação básica, reunindo informações sobre todas as suas etapas e modalidades de ensino e compondo um quadro detalhado sobre os alunos, as turmas, os profissionais escolares em sala de aula, os gestores e as escolas. As informações produzidas subsidiam a operacionalização de políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). (BRASIL, 2024 p. 03).

A partir da data de referência, os diferentes atores nas secretarias de educação municipais e estaduais e os informantes nas escolas se mobilizam para prestarem as informações requeridas; essa mobilização é essencial para garantir a precisão e a relevância dos dados coletados. Durante a coleta, os dados são acompanhados pela equipe técnica do Inep e passam por processos rigorosos de consistência e validação, no fim do período oficial de coleta, consolidam-se as informações preliminares, que passam por etapas de verificação, validação e retificação pelos informantes e gestores das escolas e redes de ensino (ver gráfico 1).

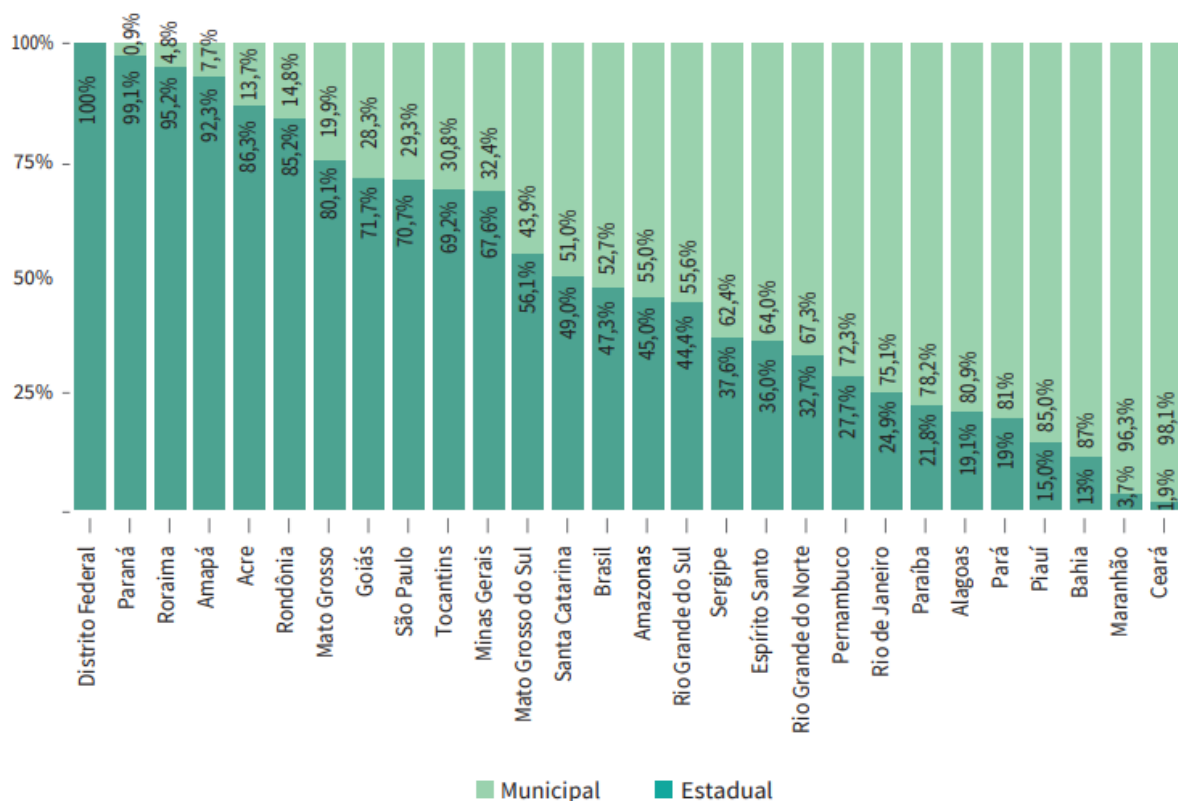
**GRÁFICO 1: NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2019-2023**



**Fonte:** Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica

Acerca do gráfico acima no ano de 2023, registraram-se 47,3 milhões de matrículas nas 178,5 mil escolas de educação básica no Brasil; este número representa uma leve queda de 0,2% em comparação com o ano de 2022, indicando um recuo contínuo na matrícula da rede pública. Essa queda é reflexo do recuo de 1,3% observado no último ano na matrícula da rede pública, que passou de 38,4 milhões em 2022 para 37,9 milhões em 2023; em contrapartida, houve um aumento de 4,7% das matrículas na rede privada, que passou de 9 milhões para 9,4 milhões, com números absolutos menores que a queda observada na matrícula da rede pública.

**GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL CONSIDERANDO APENAS AS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL – BRASIL – 2023**



**Fonte:** Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

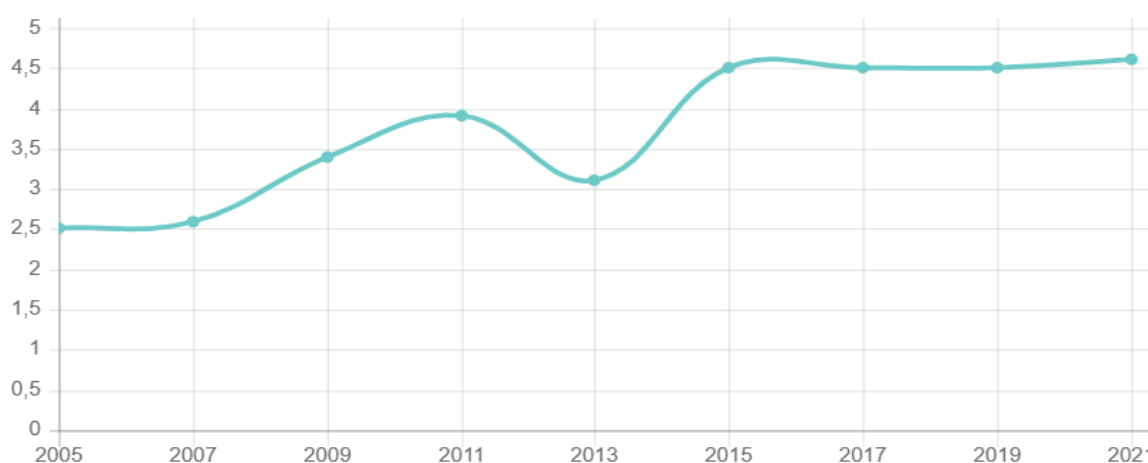
O estado do Pará apresenta apenas 19% de matrícula na rede estadual e 81% na rede municipal de ensino, este estado de grande extensão territorial abrange 144 municípios. “Ao avaliar a distribuição das matrículas por dependência administrativa, percebe-se maior dominância da rede municipal, que detém 49,3% das matrículas na educação básica, 0,3 ponto percentual que em 2022” (BRASIL, 2024 p. 15). O resumo técnico do Censo de 2023, informa que as redes municipais são que mais recebem alunos para a educação básica, também explica que as escolas municipais do Pará analisadas no último Censo tiveram alterações no seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como dispões o Ministério da Educação:

O Ideb é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Desta forma, apresentam melhores resultados no Ideb os sistemas que alcançam, de forma concomitante, maiores taxa de aprovação e proficiência nas avaliações (BRASIL, 2021 p. 1).

Os dados do Censo Escolar 2023, que fornecem um panorama detalhado sobre matrículas, aprovações e desempenhos acadêmicos, revelam um quadro

preocupante quando se observa a relação entre o IDEB e a evasão escolar, especialmente entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A análise do IDEB, que combina taxas de aprovação com notas padronizadas em exames como o SAEB, permite uma visão clara do desempenho e dos desafios enfrentados pelas escolas. No entanto, a evasão escolar, amplamente registrada e analisada pelo Censo Escolar, mostra um aumento significativo, exacerbado pelo impacto da pandemia de COVID-19.

**GRÁFICO 3:** ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE IPIXUNA DO PARÁ.



**Fonte:** Dados da prefeitura de Ipixuna do Pará, 2024.

Dos municípios que compõem o estado do Pará, Ipixuna do Pará ocupa uma posição 4347<sup>o</sup> em relação do IDEB a nível nacional e 59<sup>o</sup> em relação aos outros municípios do estado. Conforme o relatório do IDEB 2022, os dados relativos ao município de Ipixuna do Pará, referente ao ano de 2021, indicam uma alta taxa de aprovação nos anos finais do ensino fundamental, de 6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> ano. As taxas de aprovação foram: 96,5% no 6<sup>o</sup> ano, 96,7% no 7<sup>o</sup> ano, 97,0% no 8<sup>o</sup> ano e 95,4% no 9<sup>o</sup> ano, resultando em um indicador de rendimento (P) de 96,7%. No que diz respeito ao desempenho acadêmico, a nota média padronizada (N) foi calculada com base nas notas SAEB de Matemática e Língua Portuguesa, que foram 234,19 e 238,01, respectivamente, resultando em uma nota média padronizada de 4,54. Conseqüentemente, ao combinar o indicador de rendimento (P) com a nota média padronizada (N), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Ipixuna do Pará para o ano de 2021 foi de 4,4, refletindo o desempenho educacional geral do município no período analisado.

. Esse aumento na evasão é particularmente acentuado na EJA, onde se registrou uma queda de 20,9% nas matrículas entre 2019 e 2023, refletindo dificuldades adicionais enfrentadas por essa faixa etária, que muitas vezes lida com barreiras socioeconômicas e a necessidade de conciliar estudos com trabalho. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas focadas na redução da evasão escolar e na melhoria do desempenho acadêmico para garantir a inclusão e a permanência dos estudantes no sistema educacional.

## **EIXO 2: Os principais motivos que levam os alunos a abandonarem os estudos na EJA**

A evasão escolar entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser amplamente atribuída a fatores emocionais ou de saúde. Conforme Santana, Nervis e Martins (2022) doenças crônicas ou temporárias frequentemente impedem a continuidade dos estudos; a gravidez e a maternidade, especialmente entre jovens adultas, introduzem uma carga adicional de responsabilidades, a baixa autoestima e a falta de interesse são fatores significativos; alunos que enfrentam dificuldades acadêmicas ou sociais muitas vezes perdem a motivação.

A percepção de que os estudos não trarão benefícios palpáveis pode agravar essa falta de interesse; esses aspectos emocionais criam barreiras quase intransponíveis à continuidade escolar. Esses fatores influenciam na permanência do aluno da EJA em sala de aula, esse público-alvo é mais propício a evasão escolar, por enfrentar a conciliação de família e filhos com estudo, tornando o sustento familiar prioridade a frente da continuidade dos estudos.

Para Paulilo (2017) os motivos pessoais ou familiares também desempenham um papel crucial na evasão escolar; o cansaço decorrente de longas jornadas de trabalho ou de atividades extenuantes impacta diretamente a capacidade dos alunos de frequentar as aulas. A falta de apoio familiar e os problemas dentro do ambiente doméstico são fatores determinantes; obrigações domésticas, como o cuidado de parentes ou a manutenção da casa, consomem tempo e energia que poderiam ser dedicados aos estudos.

Acerca do disposto acima, explica-se que o envolvimento com drogas é outra causa significativa de evasão; esse fator não apenas afeta a saúde e a concentração

dos alunos, mas também pode levar a conflitos legais e sociais. A ausência de um ambiente familiar estruturado e de suporte adequado agrava ainda mais a situação; alunos sem essa rede de apoio tendem a abandonar a escola em busca de soluções imediatas para seus problemas.

A pandemia de COVID-19 introduziu desafios sem precedentes que contribuíram para o aumento da evasão escolar; a transição abrupta para o ensino remoto deixou muitos alunos sem acesso adequado a recursos tecnológicos. A perda de renda familiar e as dificuldades econômicas forçaram muitos a priorizar o trabalho sobre a educação.

De acordo com a pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19”, promovida pelo Inep, em 2020 e 2021, em parceria com as redes de ensino, seus resultados mostraram que, no primeiro ano de pandemia, praticamente todas as escolas suspenderam as atividades presenciais (99,3%) e apenas 9,9% retornaram à sala de aula durante o ano letivo. Diferentemente, em 2021, grande parte das escolas brasileiras (82,6%) adotou atividades híbridas ou presenciais em algum momento do ano letivo. Para a realização das atividades presenciais no ano letivo de 2021, grande parte das escolas brasileiras (99,7%) adotaram alguma medida de prevenção e controle da Covid-19 - essas medidas incluíram desde ações básicas como o uso constante de máscara (98%) e o monitoramento da temperatura (94,2%) até tópicos relacionados à capacitação dos profissionais (78,2%) e à adequação ou ampliação da infraestrutura física das escolas (57,7%) (BRASIL, 2021 p. 12).

O fechamento de escolas também significou a perda de um espaço seguro e estruturado para muitos estudantes, as medidas de distanciamento social intensificaram a sensação de isolamento; A falta de interação social e de apoio presencial dos professores afetou negativamente a motivação dos alunos. A incerteza e o medo associados à pandemia exacerbaram problemas de saúde mental, essas condições criaram um ambiente propício para a evasão escolar.

Nos dados do relatório do Ministério da Educação, a pandemia de COVID-19 exacerbou a evasão escolar na educação básica, afetando diretamente o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA); conforme Brasil (2024) entre 2019 e 2023, o número de matrículas na EJA diminuiu 20,9%, chegando a 2,6 milhões em 2023. Essa redução significativa destaca os desafios enfrentados por esse segmento da população, que já lida com diversas barreiras para a continuidade dos estudos, ou seja, perda de matrículas reflete, em grande parte, os impactos socioeconômicos e as interrupções na rotina escolar causadas pela pandemia.

Conforme Saraiva, Pereira e Cruz (2024) a socialização dentro do ambiente escolar é um fator crítico e conflitos de relacionamento entre alunos podem gerar um ambiente hostil. O bullying e outras formas de violência psicológica afetam a saúde emocional dos estudantes; essas situações muitas vezes levam à evasão como forma de escapar do sofrimento.

Por tanto, conflitos de relacionamento com educadores e a equipe escolar também são comuns; a falta de compreensão e apoio pode desmotivar os alunos. E a percepção de injustiça ou favoritismo por parte dos professores agrava a situação; Logo, isso cria uma sensação de alienação e desinteresse nos alunos e o ambiente escolar deve ser acolhedor e inclusivo; sem isso, a evasão se torna uma consequência provável.

Outro fator é a organização do cotidiano escolar e as práticas pedagógicas são determinantes para a retenção dos alunos; horários de aulas incompatíveis com a rotina dos estudantes da EJA são um problema recorrente. As metodologias de ensino descontextualizadas da realidade dos alunos contribuem para a desmotivação, conteúdos que não se relacionam com suas experiências de vida e trabalho são percebidos como irrelevantes.

Os fatores pedagógicos são caracterizados pelo abandono do compromisso com a educação pelo próprio aluno. Causados por motivações excludentes dentro da escola. Em outras palavras, é possível entender os fatores pedagógicos como sendo aqueles em que a geração do abandono escolar aconteceu pelos próprios 345 estudantes que não conseguiram mais enfrentar os problemas dentro da escola. Esse discurso é um contexto desarticulado á realidade (SILVA, 2023 p. 344).

Dificuldades de aprendizagem e falta de interesse são frequentemente agravadas por modelos tradicionais de avaliação; esses modelos muitas vezes não reconhecem as habilidades práticas dos alunos da EJA. A falta de ações da escola para lidar com a infrequência escolar também é problemática; a ausência de acompanhamento individualizado faz com que os alunos sintam-se negligenciados. A necessidade de reformular as práticas pedagógicas é evidente; uma abordagem mais flexível e contextualizada poderia reduzir significativamente a evasão escolar.

Não se pode culpabilizar apenas o discente. Existe todo um contexto gerador de exclusão devidamente articulado, que mantém esse ideário ingênuo e descomprometido de que as causas da evasão são unilaterais (...) Cita-se como exemplo de fatores pedagógicos: planejamento e currículo, adequação metodológica e sua aplicabilidade; perfil do docente e formação continuada. (SILVA, 2023 p. 344).

A atuação governamental tem um impacto direto na evasão escolar; a falta de segurança e a violência dentro das escolas são fatores críticos. A infraestrutura inadequada para atender às necessidades dos alunos da EJA compromete a qualidade do ensino; escolas mal equipadas e sem recursos básicos dificultam o aprendizado. A ausência de políticas contínuas e eficazes voltadas para a EJA agrava o problema; políticas descontínuas e mal implementadas falham em oferecer suporte necessário.

A falta de formação específica para os docentes que atuam na EJA contribui para práticas pedagógicas ineficazes, condições de trabalho precárias também desmotivam os educadores. A aprovação automática durante a pandemia sem a devida preparação e suporte educacional resultou em lacunas significativas no aprendizado e a falta de projetos curriculares voltados para a realidade dos alunos da EJA torna a educação menos atraente e funcional, necessitando de proposições por parte do Governo que produzam políticas públicas de intervenção.

### **EIXO 3: Propostas de intervenção e políticas educacionais para reduzir os índices de evasão na EJA nas escolas municipais.**

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um desafio significativo para as políticas educacionais brasileiras, demandando intervenções e estratégias específicas para garantir a permanência e a conclusão dos estudos. De acordo com o Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022, que institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, é fundamental implementar estratégias coordenadas entre os entes federativos para enfrentar a evasão e o abandono escolar. Nesse contexto, a união de esforços entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é essencial para a efetividade das políticas e programas educacionais voltados para a EJA.

Essa queda nas matrículas da EJA é alarmante e exige a implementação de políticas públicas eficazes para reverter o cenário; as barreiras ao acesso à educação durante e após a pandemia devem ser abordadas de maneira sistemática para garantir que todos os indivíduos tenham a oportunidade de completar sua educação básica. Assim, implicações dessa evasão são profundas, afetando a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos jovens e adultos, por isso o Governo implementou o Decreto para traçar um percurso de enfrentamento à evasão

escolar. O Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022, institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, por meio da qual a União, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará estratégias, programas e ações para a recuperação das aprendizagens e o enfrentamento da evasão e do abandono escolar na educação básica.

Parágrafo único. A colaboração entre os entes federativos na Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica ocorrerá por meio de adesão voluntária, na forma a ser estabelecida em instrumentos específicos dos programas, das estratégias e das ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas. (BRASIL, 2022 p. 01).

O objetivo principal é implementar estratégias, programas e ações para recuperar as aprendizagens e enfrentar a evasão e o abandono escolar. A colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é essencial, ocorrendo por meio de adesão voluntária. O decreto define abandono escolar como a saída do aluno antes do término do ano letivo sem requerer transferência, e evasão escolar como a não matrícula no ano seguinte.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:

I - abandono escolar - situação em que o discente deixa de frequentar a escola antes do término do ano letivo, sem requerer formalmente a sua transferência;

II - evasão escolar - situação em que o discente não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte;

III - evidências científicas - conjunto de proposições decorrentes da avaliação de fatos e de dados coletados e analisados com fundamento em método científico, utilizado para formulação e aprimoramento de políticas públicas;

IV - recuperação das aprendizagens - conjunto de medidas para o avanço do discente ao nível de aprendizagem adequado à sua idade e ao ano escolar, por meio do uso de estratégias e atividades pedagógicas de diagnóstico, de acompanhamento e de consolidação das aprendizagens;

V - regime de colaboração - conjunto de ações coordenadas entre os entes federativos e os seus sistemas de ensino que promovam a harmonia de políticas, de programas e de ações destinados à garantia do direito à educação; e

VI - resiliência dos sistemas de ensino - capacidade institucional de identificação e de reação em tempo adequado a situações que afetem ou impeçam a garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem do discente. (BRASIL, 2022 p. 01).

Principais pontos incluem a promoção da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, garantia do direito à aprendizagem, governança colaborativa, fortalecimento da gestão escolar e da formação dos profissionais da educação. Diretrizes destacam a adaptação curricular, inclusão digital, uso de

tecnologias educacionais, diagnóstico e acompanhamento das aprendizagens, e a priorização da assistência financeira a regiões vulneráveis.

A implementação da política será organizada em eixos, como alinhamento estratégico dos sistemas de ensino, acesso e permanência, atenção individualizada aos discentes, formação prática de docentes, resiliência dos sistemas de ensino, e pesquisas e avaliações. O decreto também cria o Observatório Nacional de Monitoramento do Acesso e Permanência na Educação Básica e a Rede de Inovação para Educação Híbrida, visando melhorar a qualidade e a equidade da educação básica no Brasil.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos não pode ser vista como uma reposição da escolaridade perdida, mas como a construção da própria identidade desses sujeitos, sem concessões à qualidade de ensino. Ao se desenvolver esse propósito, requer o compromisso permanente de vivenciar a realidade dos contextos, os anseios, as angústias e a convivência delineada no respeito às individualidades, no esforço para compreender os obstáculos e ajudá-los a refletir, analisar e solucionar os vetores de ordem psicológica, econômica e social, trabalhando de forma integrada (XAVIER, SERUFFO, PIRES, 2020 p. 16).

A continuidade dos estudos é crucial para o desenvolvimento pessoal e profissional, e a falta de acesso à educação compromete o futuro de milhões de brasileiros. Portanto, é essencial que as estratégias de recuperação educacional sejam inclusivas e abrangentes, focando tanto na reestruturação das escolas quanto no apoio socioemocional e financeiro aos estudantes; somente com um esforço coordenado será possível mitigar os efeitos adversos da pandemia e promover a inclusão educacional de todos os cidadãos.

Conforme Xavier, Seruffo, Pires (2020) a atuação governamental junto à escola é um fator determinante na luta contra a evasão escolar e a falta de segurança, a precariedade das condições de trabalho dos docentes e a infraestrutura inadequada são desafios que precisam ser enfrentados.

Portanto, os investimentos em segurança escolar, melhorias na infraestrutura e a formação contínua dos professores são medidas necessárias para criar um ambiente propício ao aprendizado. A aprovação automática durante a pandemia e a falta de preparo para o mercado de trabalho também são questões que precisam ser abordadas através de políticas educacionais específicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos dados e resultados apresentados ao longo deste estudo, é possível concluir que a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fenômeno complexo e multifacetado que requer abordagem integrada e sistemática. Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, que é investigar as causas e consequências da evasão na EJA no estado do Pará, em escolas municipais da educação básica como Ipixuna, foi necessário dividir o estudo em três eixos principais.

Os eixos permitiram uma abordagem mais detalhada dos aspectos quantitativos e qualitativos da evasão escolar, desde a análise dos dados coletados sobre a evasão à nível nacional e local, até a identificação dos principais motivos que levam os alunos a abandonarem os estudos na EJA e a proposição de estratégias para reduzir os índices de evasão nas escolas municipais do estado do Pará.

Concluiu-se que as escolas municipais predominam na oferta de educação básica, desempenhando um papel crucial na educação de milhões de alunos em todo o Brasil. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente nas localidades distantes dos centros urbanos do estado do Pará, como em Ipixuna do Pará, a situação se agrava ainda mais, decaindo o IDEB escolar e refletindo em um número menor de matrícula e maior evasão escolar nos últimos anos.

A evasão escolar se intensifica devido a diversos fatores, incluindo dificuldades de acesso, falta de infraestrutura adequada e suporte pedagógico insuficiente. Essa realidade desafia as políticas educacionais e requer intervenções específicas para garantir a permanência e o sucesso dos alunos da EJA, visando reduzir os índices de abandono e promover a inclusão educacional em áreas mais isoladas.

A implementação de políticas educacionais efetivas, como as propostas no Decreto nº 11.079, requer uma abordagem integrada e colaborativa entre todos os níveis de governo e a comunidade escolar. A utilização de evidências científicas para a formulação de políticas, a promoção da inclusão digital e o fortalecimento da formação dos profissionais da educação são passos fundamentais para enfrentar a evasão escolar na EJA.

A criação de programas específicos de apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade e a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras podem transformar a realidade educacional e garantir o direito à educação para todos. A

recuperação das aprendizagens e a garantia da permanência dos alunos na escola são objetivos prioritários que devem ser perseguidos com determinação.

A promoção da equidade, a transparência nas ações e a participação ativa da comunidade escolar são elementos essenciais para o sucesso das políticas educacionais. Somente através de um esforço conjunto e coordenado será possível reduzir significativamente os índices de evasão escolar e assegurar uma educação de qualidade para todos os jovens e adultos que buscam na EJA uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Esse estudo necessita de aprofundamento futuro devido as dificuldades em se obter dados, visto que nos últimos 5 anos houve processo de pandemia com represamento de dados, também ainda há escassez de material acadêmicos voltado à compreensão de localidades mais específicas como Ipixuna do Pará. Gerando limitações a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. **Educação compensatória na EJA**: a concepção docente sobre o projeto Filhos da EJA em escolas municipais de João Pessoa- PB. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. PB. 2020.

BOAS, Guadalupe Braga Vilas; DE HOLANDA, Maria Júlia B.; CASTRO, Ana Cristina. Tendências e perspectivas para erradicação do analfabetismo na EJA. **Projeção e Docência**, v. 10, n. 1, p. 142-153, 2019. Disponível : [Tendências e perspectivas para erradicação do analfabetismo na EJA | PROJEÇÃO E DOCÊNCIA \(projecao.br\)](https://www.projecao.br/revista/10-1/142-153-tendencias-e-perspectivas-para-erradicao-do-analfabetismo-na-eja). Acesso em 10/05/2024.

BONAT, Débora. **Metodologia da pesquisa**. Curitiba: IESDE Brasil S. A. 3. Ed, 2009.

BRASIL, **Nota Informativa do IDEB 2021**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2021). Ministério da Educação, Brasília, Brasil. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/planilhas\\_para\\_download/2021/nota\\_informativa\\_ideb\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf). Acesso em 15 de janeiro de 2022.

BRASIL, **Resumo Técnico**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2023). Censo Escolar da Educação Básica 2023. Versão Preliminar. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Ministério da Educação

(MEC). República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em 10/05/2024. Acesso em [data de

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. MEC, SEB, DICEI. (2013). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em 10/05/2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 11.079**. Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. (2022, 23 de maio). Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/Decreto/D11079.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11079.htm). Acesso em 10/05/2024.

BRASIL. **Notas estatísticas**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023:. Brasília, DF: Inep, 2024.. Disponível em: [notas estatisticas censo da educacao basica 2023.pdf \(inep.gov.br\)](https://inep.gov.br/notas-estatisticas-censo-da-educacao-basica-2023.pdf). Acesso em 10/05/2024.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HONORATO Gonçalves, E., & ROSSETO, R. (2024). Percurso histórico brasileiro da educação de jovens e adultos – EJA e a proposta pedagógica curricular para o ensino da arte. *Cenas Educacionais*, 7, e17864. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/17864>. Acesso em 10/05/2024.

FERREIRA, S. G., RIBEIRO, G., & TAFNER, P. (2022). **Abandono e evasão escolar no Brasil**. Instituto de Medicina e Direitos Sociais do Brasil (IMDS). Disponível em: [https://imdsbrasil.org/doc/ImdsNT001-2022-AbandonoEvasãoEscolarBrasil\\_1.pdf](https://imdsbrasil.org/doc/ImdsNT001-2022-AbandonoEvasãoEscolarBrasil_1.pdf). Acesso em 05 de junho de 2024.

IBGE. (2020). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos iniciais / Pública. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ipixuna-do-para/pesquisa/40/78192?tipo=grafico>. Acesso em 10/05/2024..

LIMA, T.C.S de; MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Katál, Florianópolis, v.10, spe, 2007.

PAULILO, André Luiz. A compreensão histórica do fracasso escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1252-1267, 2017

SANTANA, Daiany dos Reis; NERVIS, Jonis Jecks; MARTIN, George Francisco Santiago. Análise do abandono e/ou evasão escolar na EJA em pesquisas publicadas entre os anos de 2011 a 2020. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, e132111738908, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38908>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38908>. Acesso em 10/05/2024.

SARAIVA Ana Beatriz; PEREIRA, Beatriz; CRUZ, Judite Maria Zamith. Violência juvenil, bullying e insucesso escolar: memórias de infância e o início de trajetórias desviantes. *Rev. educ. PUC-Camp.*, v. 24, n. 1, p. 89-107, 2019.

SILVA, F. B. (2023). **Evasão escolar na EJA**: um olhar sobre as causas deste fenômeno educacional e social. Dissertação (Mestrado em Pedagogia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

SILVA, Lauriana Corrêa da. Concepções em torno dos fatores que influenciam a evasão escolar dos alunos da primeira etapa do Ensino Médio EJA da Escola Estadual Francisco Walcy Lobato Lima - Santana, AP. **REBENA - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 6, p. 342-358, 2023. Disponível em: <<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

XAVIER, M. P. S. R.; SERUFFO, M. C. R.; PIRES, Y. P. (2020). Análise sobre persistência e evasão escolar em Educação de Jovens e Adultos: um estudo de caso no Município de Castanhal-Pará. **Research, Society and Development**, 9(6), e190963481. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3481>. Acesso em